

“Sambódromo” ainda sem acordo

por Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

Os vereadores de oposição, liderados por Arnaldo Madeira (PSDB) obstruíram na última quarta-feira o requerimento de urgência, solicitado pelo líder do governo na Câmara, Francisco Whitaker (PT), para votação do projeto que prevê a alteração da lei do zoneamento do parque Anhembi, visando a construção do Pólo de Arte e Cultura da cidade de São Paulo, mais conhecido como o “Sambódromo” paulista.

Madeira se diz favorável ao projeto mas impõe como condição para sua aprova-

ção a realização de audiências públicas com representantes de escolas de samba — os maiores interessados na construção do Sambódromo — e da iniciativa privada que pode vir a patrocinar parte do empreendimento. Ele também exige um parecer da CET (Companhia de Engenharia e Tráfego) sobre os impactos que o projeto traria ao tráfego da região.

As exigências do vereador do PSDB têm de ser satisfeitas até meados da próxima semana para que o projeto possa ser votado no prazo estipulado pela empresa Anhembi Eventos e Turismo do Município de São Paulo para a abertura

de concorrência pública entre as empresas interessadas em construir o “Sambódromo”. O prazo limite é 31 de agosto para que o empreendimento sedie o Carnaval de 1991.

A alteração da lei de zoneamento do parque Anhembi visa a ampliação do coeficiente de aproveitamento permitido dos atuais 10% para 50%, e da taxa de ocupação de 2,5 para 50%. A área do parque é de 400.336 metros quadrados. O projeto do “Sambódromo” prevê ampliar a área construída dos atuais 149.173 metros quadrados para 200.168 metros quadrados.

Segundo o vice-presidente do Anhembi, Hélio Marchi, o projeto custará US\$ 7 milhões, sendo que US\$ 3 milhões seriam advindos de verbas orçamentárias do Carnaval 1991 e 1992 e o restante de contratos publicitários com a iniciativa privada. O fim das obras está previsto para janeiro de 1991, antes, portanto, da realização do segundo carnaval, cujo orçamento deve financiar o projeto.

Por isso, o Executivo deve solicitar à Câmara Municipal uma antecipação, no Orçamento de 1992, das verbas para o Carnaval.